

De conluio e ímpetus: O Federalismo, o Republicanismo e a guerra em Desterro

Of collusion and impetus: The Federalism, the Republicanism and the war in Desterro

Pedro Haas Zanotto¹

Resumo: Este artigo pretende analisar os processos políticos ocorridos em Desterro a partir da posse de Floriano Peixoto à presidência federal, em 1891, até o final da Guerra Federalista e a destituição do Governo Provisório Revolucionário, em 1894, levando em consideração as atitudes dos dois partidos políticos preponderantes em Santa Catarina durante esse período, o Partido Republicano e o Partido Republicano Federalista, e seus posicionamentos políticos, bem como sua ação na imprensa, recorrendo a seus respectivos jornais, tentando entender o espectro ideológico, o caráter e os interesses pessoais desses grupos cujo conflito culminou em uma das maiores crises políticas da história de Santa Catarina.

Palavras-chave: Federalismo, Republicanismo, Revolta Federalista, Governo Provisório.

Abstract: This article intends to analyze the political processes occurred in Desterro from the Floriano Peixoto government hold, in 1891, until the end of the Federalist War and the dismissal of the Provisional Revolutionary Government, in 1894, taking into consideration the attitudes of the two preponderant political parties at the period in Santa Catarina, the Republican Party and the Federalist Republican Party, and their political positioning, as well as their actions in the press, recurring to their respective newspapers, trying to understand the ideological spectrum, the character and the personal interests of these groups whose conflict culminated in one of the biggest political crises in Santa Catarina.

Keywords: Federalism, Republicanism, Federalist Revolt, Provisional Government.

Introdução

Vale notar que ainda faltam pesquisas aprofundadas sobre o envolvimento, as opiniões e as pautas das classes populares do estado durante o período, então a construção da pesquisa se centra, a contragosto deste pesquisador, no protagonismo das elites. No entanto, é digno de nota também que a ausência de uma análise mais detalhada sobre a participação popular não significa a sua ausência no período histórico analisado. Qualquer tipo de poder estabelecido requer algum tipo de base de legitimidade, o que implica na importância da participação popular em certa medida. Já foi dito que a instauração da República no Brasil não contou com qualquer tipo de envolvimento do povo, o que quebra toda a premissa do ideal republicano.² No entanto, como

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: pedrohaasz@hotmail.com.

² CARVALHO, 2004, p. 11

veremos ao longo do artigo, isso não foi completamente verdade. A própria Guerra Civil que estourou, mesmo sendo liderada por alguns personagens de elite, é um atestado de participação popular. Um dos combustíveis para a Revolta parece ter sido justamente a ausência de meios institucionais de agência política para 98% da população brasileira na República.³

O fortemente disseminado liberalismo das últimas décadas do século XIX dizia muito respeito a uma ânsia geral por acumulação de capital e pouco sobre democracia e liberdades políticas. Mesmo que a Constituição de 1891 tenha revogado a exigência de renda para o direito ao voto, não fez o mesmo com a exigência de alfabetização e, ao mesmo tempo, revogou a obrigação estatal de oferecer a instrução de educação primária para a população.⁴ Além disso, ensaiou proibir greves e manifestações operárias. A República, como visto, não representou um avanço significativo na realização concreta da democracia no Brasil, mas antes foi um “passar de mãos” de grupos dominantes que pouco ou menos se importavam com tais pautas. No entanto, a insurreição popular, sempre latente, foi um elemento de inquestionável importância para os rumos tomados pelo país, até porque a imagem dos pobres bestializados de Aristides Lobo, de uma população incapaz de compreender e opinar sobre o mundo que vivenciam, francamente, é mera leviandade.⁵ Afinal, a sistemática exclusão política muitas vezes significa mais uma potencial participação inconveniente com determinados projetos de poder do que uma incapacidade para isso.

A crise política em 1891 e 1892 em Desterro

O surgimento da República no Brasil em 1889 é, ao mesmo tempo, o resultado e um impulso a um número de mudanças socioeconômicas em curso que possibilitaram o surgimento de novas classes e deram nova dinâmica à agência política delas. Ao final do Império, observa-se um desequilíbrio entre poder político e econômico, sendo que grupos tradicionais entravam em decadência em contraste com outros mais dinâmicos economicamente, e já não era mais condizente com a realidade do país os “elementos que manipulavam o poder”.⁶ O resultado foram movimentos políticos contestatórios, diversos com caráter separatista. Assim, já na República, a nível estadual, elites locais engajaram em disputas por poder que, por vezes, resultaram em confrontos sangrentos. Os governos militares se esforçaram para alicerçar seu

³ Idem, p. 43

⁴ Idem, p. 45

⁵ Idem, p. 9

⁶ COSTA, 1999, p. 472

poder buscando apoio dessas elites, mas, como veremos, Floriano Peixoto se manteve neutro perante essas disputas regionais, mesmo quando um dos lados se declarava abertamente contrário ao Governo Federal.^{7 8}

Ascendentes oligarquias baseadas em relações de trabalho modernas se contrapunham politicamente a grandes fazendeiros tradicionais, ainda apegados ao antigo escravismo e o trabalho forçado, ao reivindicar representatividade política, além de uma política econômica mais dinâmica.⁹ Some-se a isso problemas sanitários das cidades que cresciam rapidamente com uma população cada vez mais pobre, resultado da especulação e inflação descontroladas do Encilhamento¹⁰, que acentuava a crise política do início da República.

Em Desterro, o cenário político no Império estava dominado por Liberais e Conservadores, sendo os primeiros predominantes em seus anos finais. O Partido Republicano, mesmo estando em franco crescimento desde 1870, até então não tinha muita expressão no estado. Tinha base no cientificismo e no positivismo, e encontrou respaldo especialmente em médicos, militares e engenheiros. Quando Deodoro da Fonseca se torna o primeiro presidente em 1889, o Partido Republicano Catarinense entra no poder, mas sua inexperiência na gestão política os aproxima dos Conservadores, que compõem o governo se “republicanizando”. De fato, ninguém, nem mesmo os próprios republicanistas esperavam que se vissem no poder de uma hora para outra em 1889 sob o comando do engenheiro militar Lauro Müller. No entanto, foi o que aconteceu, sendo as antigas Câmaras Municipais, onde os políticos tradicionais tinham preponderância, desmanteladas para dar lugar a Conselhos, cujos membros eram nomeados de Clubes Republicanos sempre que possível. Os Liberais, mesmo tendo apoiado o advento da República e o novo governo, ficam desalentados e começam a organizar uma oposição forte sob a bandeira do Federalismo.¹¹

O Federalismo já não era novo. Baseava-se nas estruturas institucionais estadunidenses, com ênfase na descentralização do poder, autonomia dos estados e liberdade individual.¹² No entanto, sob a força política evocada pelo seu nome, variadas pautas, de diferentes visões políticas algumas vezes contraditórias, farão coro enquanto oposição ao governo estadual e

⁷ PACHECO, 2007, p. 50

⁸ Essa atitude, que se desenvolveu e ficou conhecida como Política dos Governadores, foi uma estratégia para lidar com as tecituras institucionais da Primeira República, buscando apoio político ao conceder favores a deputados federais, controlados por governadores (PACHECO, 2007, p. 50).

⁹ LOZADO, 2019, p. 35

¹⁰ COSTA, 1999, p. 469; MEIRINHO, 1979, p. 49; AXT, 2018, p. 110

¹¹ CORRÊA, 1984, p. 57; MEIRINHO, 1979, p. 32; p. 40-41

¹² PACHECO, 2007, p. 49; COSTA, 1999, p. 470

federal, o que incluía velhos defensores da monarquia ou aqueles que procuravam reaver seus privilégios perdidos na República¹³. É importante ressaltar, no entanto, que os interesses por trás das reações opositoras ao regime militar republicano não surgiram apenas de insatisfações políticas e econômicas de grupos que se viram em desvantagem súbita com a perda de privilégios imperiais ou com decretos que limitavam sua atividade econômica. O tamanho e eventual poder do movimento angariou todo e qualquer tipo de insatisfação com o Governo Federal, unindo diferentes classes, etnias e grupos sociais com projetos próprios: de camponeses que haviam perdido suas terras em projetos latifundiários, de serrarias e de estradas de ferro até donos de latifúndio que buscavam condições de expansão econômica melhores; de capitalistas financeiros que lucravam com a guerra a anarquistas que buscavam fundar comunidades próprias, longe das garras da União; de parlamentaristas liberais contrários ao presidencialismo florianista a monarquistas que clamavam pela volta do poder Moderador¹⁴; foi formado um verdadeiro conluio híbrido contra o Governo Federal. Não por acaso, as pautas levantadas pelo jornal do Partido Federalista “O Estado” constantemente aludem a uma vaga “vontade do povo” e a autonomia individual. O grande objetivo da Revolta como um todo foi, então, destituir Floriano Peixoto e fundar um novo governo, cujo molde não estava claro e mudava de acordo com diferentes líderes e setores das linhas revoltosas. Os focos federalistas em Desterro eram conduzidos, principalmente, pelos políticos liberais destituídos que reivindicavam seu retorno ao poder antes de qualquer outra coisa, mas não evoluiu da mesma forma que o federalismo gaúcho, que se complexificou com o histórico de disputas locais e as redes federalistas da Bacia do Prata sem as quais a Revolta não poderia ter acontecido.

Sobre o republicanismo em Santa Catarina, são escassos os estudos. Muito se referencia ao positivismo comtiano nos ideais republicanos de Júlio de Castilhos, líder legalista gaúcho na revolta que se seguiu, como em Gunter Axt¹⁵, Vitória Ferreira Lozado¹⁶ e Ledir de Paula Pereira¹⁷, mas não foram encontrados, no escopo desta pesquisa, estudos aprofundados sobre os ideais políticos e interesses dos grupos republicanos em Santa Catarina. É preciso, pois, chamar atenção para o fato de que tanto quanto o federalismo presente em Santa Catarina e no

¹³ O monarquismo era um espectro que o governo republicano repudiava acima de tudo e que estava proibido em cláusula pétreia segundo a Constituição Federal de 1891. Esse virou o grande bode expiatório para a resistência ao avanço federalista, que convenceu a opinião pública a estigmatizar a revolta como um movimento para restaurar o Império (LOZADO, 2019, p. 35-39; AXT, 2018, p. 115).

¹⁴ AXT, 2018, p. 117-119.

¹⁵ Idem, p.115.

¹⁶ LOZADO, 2019, p. 35

¹⁷ PEREIRA, 2006, p. 144

Rio Grande do Sul eram distintos, o republicanismo presente nesses estados também o era, e os processos políticos envolvendo esses dois grupos foram particulares em cada estado. Assim, não é possível afirmar com segurança de que pautas castilhistas como o bem-estar social, a moral pública, a ordem, a autoridade e os deveres sociais estiveram nas pautas de Hercílio Luz e Lauro Müller, mas é uma referência útil para se pensar na sua distinção com o discurso federalista da liberdade individual, pois, certamente, existia uma linha em comum.

Em 1891, o federalismo angariava simpatizantes em Desterro. O governador Lauro Müller se encontrava no Rio para cumprir seu mandato no Congresso Nacional, deixando o estado catarinense nas mãos de seu vice. Quando Deodoro da Fonseca fecha o Congresso em 3 de novembro, devido à agravação de uma crise política cujo desenvolvimento não cabe mencionar aqui, Müller repudia o ato enquanto parlamentar, mas seu vice o apoia, deixando ambivalente o posicionamento político de Santa Catarina perante o Governo Federal¹⁸¹⁹. Com isso, o governador reassume o Palácio Rosado. Pouco depois, Deodoro renuncia e seu vice, Floriano Peixoto, assume o cargo presidencial, reabrindo o congresso, depondo diversos governadores e nomeando novos ao buscar alicerçar uma base política forte nos estados. A oposição federalista catarinense aplaude Floriano na esperança de que depusesse Lauro Müller, mas ele se mantém no poder graças à bancada federal catarinense, que convenceu o presidente de sua confiança. O governador, que já não gozava de apoio popular significativo, perde popularidade conforme agitadores federalistas organizam discursos na praça contra seu governo. A imprensa federalista também intensificava ataques a Lauro, incitando uma instabilidade política que levou o comércio da capital a fechar as portas por um breve período no final do ano, gerando insatisfação entre comerciantes locais. Além disso, as Forças Armadas em Desterro eram, em maioria, simpatizantes ao federalismo, sendo alguns dos principais líderes do movimento do alto comando do Exército e da Marinha sediadas na cidade. Mas mesmo sendo hostilizado e até abertamente ameaçado nas ruas da capital, Lauro contava com apoio no interior, especialmente em Blumenau, onde, naquele momento, Hercílio Luz e Bonifácio Cunha destacavam 120 homens para marchar ao auxílio do governador, onde uma Guarnição Federal enviada por Floriano aderira ao movimento oposicionista enquanto deveriam defender o governo legal. No entanto, antes das forças legalistas chegarem à capital,

¹⁸ CORRÊA, 1984, p. 57

¹⁹ MEIRINHO, 1979, p. 49

para evitar derramamento de sangue e diante do silêncio do presidente quanto à situação, Lauro renuncia.²⁰

No lugar de Lauro Müller, então, entra no poder uma Junta Governativa Provisória, que prontamente dissolveu o Congresso Representativo do Estado, dominado por republicanistas, e formou uma nova casa, composta por federalistas. Passou, em seguida, a exercer outros atos anticonstitucionais, mas o Governo Federal não se pronunciava, mesmo quando reações lauristas tomavam armas em vários pontos do estado²¹. Müller, então, volta ao Rio para reassumir sua cadeira no Congresso e, apesar de não conseguir convencer o governo a lhe reestabelecer, conseguiu que este mandasse um interventor federal com o objetivo de mediar os conflitos internos. No entanto, para a frustração dos republicanistas, ele acabou por apoiar o movimento federalista. Abriu novas eleições para o Congresso Estadual ao invés de reabrir o antigo, que foi preenchido exclusivamente por federalistas, pois o Partido Republicano não lançou candidatos em protesto.²²

Em junho de 1892, foi instalada uma constituinte, que no mês seguinte promulga a Segunda Constituição de Santa Catarina, com bases claramente federalistas. Reformaram-se as configurações dos três poderes institucionais²³, com destaque para o governador, que passou a ser denominado presidente. Além disso, configurou o Estado de Santa Catarina como “soberano e independente”²⁴. Os republicanistas se viam contra a parede. O jornal “República”, do Club Republicano, suspendeu suas publicações por duas ocasiões no ano, o que o jornal “O Estado” ironiza como falta de receita para a circulação do jornal O Estado.²⁵

O debate impresso nos jornais mencionados era acalorado. O “Estado” contava com colunas inteiras dedicadas à difamação dos republicanistas em tom irônico e degenerativo, como a “Alfinetadas” e a “Farpinhas...”²⁶. Já o “República” tem tom mais sóbrio e apela para

²⁰ Idem, p. 50-52

²¹ Idem, p. 54-55

²² Idem, p. 56

²³ O Congresso Representativo passou a se chamar Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça foi substituído pelo Tribunal de Relação e os Conselhos Municipais, integrados em grande maioria por republicanistas, foram desmantelados e foram restituídas as Câmaras Municipais, integradas por vereadores eleitos (Idem).

²⁴ Idem, p. 57

²⁵ O ESTADO, 02 nov. 1892

²⁶ Segue um excerto da coluna “Alfinetadas”: “É realmente assombroso e pyramidal o artigo da Republica. Tremam todos! A Republica pretende revolucionar todo este pacífico Estado de Santa Catharina – a guerra civil está eminente, mas... a socco! !... Uma revolução a socco! Quem diria?” (O ESTADO, 02 nov. 1892). O excerto se refere à última unidade do jornal republicanista publicado naquele ano, a de 1º de novembro, em que um texto afere a um confronto direto desarmado entre os grupos opositores, um eufemismo para uma paridade de condições para a luta política em que tenta trazer à tona valores como coragem e determinação de sua parte e covardia da outra (REPUBLICA, 01 nov. 1892).

argumentos lógicos ao difamar seus opositores, explicando eloquentemente, por exemplo, por quê a recolocação do retrato do antigo Imperador na Câmara Municipal de Blumenau era um mau presságio²⁷. No entanto, não era menos ácido ao tecer críticas aos opositores. Ambos os jornais frequentemente publicavam discursos de políticos alinhados ao seu campo e se referenciavam mutuamente constantemente, se rebatendo e se acusando de mentiras e calúnias, ansiosos para darem suas próprias versões dos acontecimentos. Em grande parte das edições, os primeiros e maiores textos eram dedicados exclusivamente a rebater o jornal adversário ou difamar o campo opositor de maneira geral.

Com isso, ao fim de 1892, Santa Catarina estava tensamente dividida entre federalistas concentrados na capital e republicanistas concentrados em Blumenau, também com outros focos menores de ação em outras cidades. As tensões aumentaram quando o presidente de Santa Catarina arbitrariamente decretou aprisionamento do Delegado da Inspetoria de Terras e Colonização de Blumenau, o republicanista Victorino de Paula Ramos, que foi deportado para o Rio “sem maiores explicações”.²⁸ Os acontecimentos desde novembro do ano anterior desestabilizaram as estruturas políticas a um ponto próximo à quebra completa, mas foram apenas o prelúdio para o que viria nos próximos dois anos. Se a população catarinense já convivia com hostilidades políticas e conflitos de interesses, viria a conviver também com perseguições, estupros e execuções decorrentes da guerra que se seguiu.²⁹

A reação legalista em Santa Catarina

Em fevereiro de 1893, o caudilho Gumercindo Saraiva adentra o Rio Grande do Sul com suas tropas como decorrência de disputas locais de poder, iniciando a Revolta Federalista. O Partido Republicano Federalista não se pronuncia quanto à situação, e o presidente do Estado declara apoio ao Governo Federal. No entanto, ainda no mesmo mês, a imprensa federalista passa, aos poucos, a denunciar as ações de guerra legalistas e a saudar a Revolta^{30,31}, cujos andamentos são noticiados regularmente, e menos regulares passam a ser publicações de colunas como o “Alfinetadas” e o “Farpinhas...”. No Rio, Felipe Schmidt e Lauro Müller se aproximam de Floriano Peixoto e buscam denunciar os crimes constitucionais do governo de

²⁷ REPUBLICA, 09 ago. 1892

²⁸ MEIRINHO, 1979, p 58

²⁹ LOZADO, 2019, 39-40

³⁰ O ESTADO, 07 fev. 1893

³¹ O ESTADO, 11 fev. 1893

Santa Catarina (MEIRINHO, 1979, p. 59; CORRÊA, 1984, p. 58). No clima de tensões, uma discussão evoluiu para agressão física em Blumenau entre federalistas e republicanistas, o que acabou por levar diversos destes à cadeia sob jurisdição alinhada ao governo estadual, incluindo Hercílio Luz e Bonifácio Cunha, que, junto com Santos Lostarda, são transferidos à prisão da capital, mas os esforços da bancada catarinense do Rio dão frutos, e as prisões são impronunciadas. Diante da situação no sul, o Governo Federal manda tropas à fronteira sul de Santa Catarina, comandadas por um major republicanista. Junto com a posição política do major, a desconfiança generalizada para com federalistas leva as forças legalistas a nomearem republicanistas para postos de comando da Guarda Nacional instalada nas cidades catarinenses, o que dá poder institucional e bélico aos opositores do governo estadual ao mesmo tempo que gera insatisfação e receio entre os federalistas catarinenses ao vê-los armados e em posição de preponderância em diversas cidades. Esses ocorridos são narrados em um telegrama enviado à imprensa do Brasil inteiro assinado pelo presidente de Santa Catarina Tenente Machado, em que finaliza denunciando Floriano e o responsabilizando por qualquer eventual derramamento de sangue no estado³²³³. O tom da carta é de denúncia e inconformidade, e marca o rompimento político entre o presidente de Santa Catarina com o presidente do Brasil.³⁴

Já sem as graças federais, Machado tem sua decisão da prisão arbitral de Paula Ramos revista, numa decisão judicial que manda para a prisão, no lugar, ele mesmo, que paga fiança, mas é, de qualquer forma, oficialmente afastado de seu cargo e é substituído pelo Primeiro Vice Presidente, Elizeu Guilherme da Silva^{35 36}.

Diante desses fatos, se eleva o ânimo dos republicanistas que, em julho de 1893 e sob o comando de Hercílio Luz, se armam e tomam a Câmara Municipal de Tijucas, mas logo são derrotados pela reação do governo e recuam a Blumenau, onde a Câmara declara o líder como governador do estado e a cidade como Capital Provisória de Santa Catarina em 22 do mesmo mês³⁷³⁸. Com uma guarnição armada e forte prestígio político, Hercílio então marcha para

³² O ESTADO, 26 abr. de 1893

³³ PACHECO, 2007, p. 51

³⁴ MEIRINHO, 1979, p. 61

³⁵ O relatório anual do presidente do Estado de Santa Catarina à Assembleia Legislativa Estadual escrita por Elizeu é muito elucidativo das tensões políticas deste momento do processo, desde a sua apreensão diante da guarnição fortemente armada que, por ocasião da iniciativa da defesa civil contra a Revolta no sul, se encontrava sob o comando, em Blumenau, de Paula Ramos, até a narrativa da marcha e tomada do palácio rosado por essa mesma guarnição (SILVA, 1893).

³⁶ CORRÊA, 1984, p. 58

³⁷ MEIRINHO, 1979, p. 61-62

³⁸ PACHECO, 2007, p. 51

Desterro e, na madrugada do dia 31 de julho, abre fogo contra o Palácio Rosado com fuzis e dois canhões Krupp da Fortaleza de Santana do Estreito³⁹. Ao raiar do dia, haviam tomado, ao mesmo tempo, a Câmara Municipal e o Tesouro do Estado. O evento é narrado na carta de Elizeu à Assembleia Legislativa, que se encontrava dentro do palácio durante o ataque:

Eram 2 horas da madrugada quando começou o tiroteio sobre o Palácio da Presidência. Nem uma prevenção ou intimação precedeu esse acto de vandalismo, de que não ha exemplos em nenhuma parte, pela covardia e perversidade dos atacantes, que, emboscados em cantos diversos, faziam incessantes descargas, que só cessaram ao signal do clarim do quartel do Commando do Districto.⁴⁰

Na noite seguinte, Elizeu se retira do palácio a fim de apelar por ajuda das Forças Armadas. No entanto, ao retornar,

Calcule-se qual não foi minha surpresa quando, ao voltar pela manhã do dia seguinte, encontrei o palácio cercado por estrangeiros armados e instalado n'elle o celebre sedicioso Hercilio Pedro da Luz!...
Nessas circunstancias, vendo-me sem nenhum meio de acção, e disposto a livrar a todo o transe e a minha terra das garras da anarchia e do banditismo, e a sustentar a autonomia do meu estado, que não podia consentir fosse desorganizado, telegraphiei ao sr. vice-presidente da Republica, reclamando as providencias do art. 6º § 3º da Constituição Federal⁴¹, para manter a minha autoridade e a ordem publica⁴².

Em resposta a dito telégrafo, Floriano demonstra apoio ao governo federalista sob ataque^{43 44}, não reconhece a legitimidade do governo instalado quando da tomada de Desterro e do Palácio Rosado e destitui Hercílio Luz de seu cargo público em Blumenau. Diante dos acontecimentos, Elizeu é chamado para o Rio para dar seu parecer da situação ao presidente. No final, então, em plena Revolta Federalista, Floriano decidiu por apoiar um governo federalista em um ponto estratégico da guerra civil, o que se mostrou um erro crasso quando, em setembro do mesmo ano, uma outra revolta eclode e faz coro à primeira, escolhendo justamente Desterro como ponto de convergência estratégico^{45 46 47}. Essa revolta estoura na

³⁹ SILVA, 1893, p. 6

⁴⁰ Idem

⁴¹ O artigo e parágrafo a que Elizeu se refere diz respeito à interferência federal na política estadual: “Art.6º - O Governo federal não poderá intervir em negocios peculiares aos Estados, salvo: III - para garantir o livre exercicio de qualquer dos poderes públicos estaduaes, por solicitação de seus legítimos representantes, e para, independente de solicitação, respeitada a existencia dos mesmos, pôr termo á guerra civil;” (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 fev. 1891).

⁴² Idem, p. 9

⁴³ MEIRINHO, 1979, p. 62-63

⁴⁴ PACHECO, 2007, p. 51

⁴⁵ MEIRINHO, 1979, p. 64

⁴⁶ CORRÊA, 1984, p. 58

⁴⁷ PACHECO, 2007, p. 53

Guanabara em setembro por parte da Marinha, um reduto monarquista residual do Império, e é chamada de Revolta da Armada. Quando é declarada, Elizeu ainda se encontrava no Rio, e é preso imediatamente, instituindo no poder catarinense Nunes Pires, 2º vice-presidente do Estado. As causas da revolta diziam respeito à marginalização e sucateamento da Marinha durante o governo militar e a uma interpretação ambígua da Constituição Federal quanto à posse de Floriano quando da renúncia de Deodoro.⁴⁸ As dificuldades e dimensão da Revolta Federalista, unificada então com a da Armada, passou a requerer reconhecimento de países vizinhos, relações diplomáticas para garantias de exílio nesses países e facilidade de acesso a crédito para financiar a guerra, o que, por sua vez, requeria uma instalação fixa a fim de legitimar o movimento como um todo. Desterro, assim, foi vista como cidade ideal pois, além de ser um ponto estratégico de logística para o acesso à foz do Prata, contava com um governo federalista insuspeito de Floriano.⁴⁹ O alinhamento catarinense ao Governo Federal era forjado. Mesmo que os governantes catarinenses alimentassem Floriano de telegramas simpáticos quanto à situação nacional, secretamente se alinhavam com os revoltosos cariocas e gaúchos. O jornal federalista, ainda em setembro, narra os acontecimentos da Revolta da Armada através de telegramas recebidos da capital⁵⁰, mas não tarda a saudá-la como “libertadora”.⁵¹

O Governo Provisório

Com o apoio do governo e do capitão do porto de Desterro, o capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Lorena avança com a Armada revoltosa à cidade, onde abarca após resistência pífia de algumas poucas forças ainda fiéis a Floriano. Diante da presença de forças legalistas, foi assinado um documento permitindo que se retirassem pacificamente da cidade. Em uma sessão da Assembleia Legislativa em 4 de outubro, então, foi declarado oficialmente que Santa Catarina se declarava “Estado separado da União, enquanto Floriano Peixoto permanecesse na Presidência da República”.⁵² Na mesma sessão, o antigo presidente do Estado, tenente Manoel Joaquim Machado, foi convidado a reassumir seu cargo. No entanto, sete dias depois deixa o cargo e Nunes Pires retorna à cadeira presidencial.⁵³

⁴⁸ LOZADO, 2019, p. 36

⁴⁹ AXT, 2018, p. 124-125

⁵⁰ O ESTADO, 27 set. 1893

⁵¹ O ESTADO, 01 nov. 1893

⁵² MEIRINHO, 1979, p. 66

⁵³ Idem

A 14 de outubro, então, é declarado oficialmente o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, sob a presidência de Lorena.^{54 55 56} A partir da edição do dia 16, “O Estado” passa a divulgar os atos do novo governo, “23 decretos numerados [...] e centenas de decretos sem número, além de editais, expedientes, manifestos, ordens-do-dia e outros documentos”.⁵⁷ O “República” estava fora de circulação desde agosto, e apenas voltaria a ser impresso com o fim do Governo Provisório. Durante esses acontecimentos, as tropas federalistas atravessavam Santa Catarina e adentravam no Paraná, o anexando também aos estados rebelados. Durante toda a campanha, as cidades tomadas passavam por reformas administrativas e perseguições. O clima de guerra trazia à tona os ímpetos violentos das disputas políticas locais, mesmo quando não tinham relação com a guerra em curso, e muitas vezes resultavam em degolamentos, e a violência decorrente desse clima fez parte da vida comum catarinense ao longo desses meses conturbados.

Logo nos decretos de número 2, 3 e 4, Lorena reorganiza as Guardas Nacionais instaladas nos municípios catarinenses para que sirvam em defesa ao governo provisório⁵⁸, além de um Batalhão de Voluntários, a ser composto pela “mocidade catarinense”.⁵⁹ Nos próximos dias, variados cargos são criados e revoltosos são nomeados para cumpri-los, incluindo embaixadores nos países vizinhos a fim de obter legitimidade perante eles⁶⁰, e o Governo Provisório começa a tomar forma. Um Corpo de Exército e um Batalhão da Marinha são organizados e seus respectivos superiores são nomeados a fim de movimentar uma força de defesa da República dissidente.⁶¹ Lorena também faz uma declaração oficial de não reconhecimento de quaisquer dívidas herdadas pelo governo de Floriano Peixoto quando de sua queda, tamanha a autoconfiança da Revolta⁶².

Desterro, assim, passou a ser o ponto de convergência e de organização da Revolta, onde os mais diversos líderes se reuniam para discutir e traçar planos de ação. No entanto, conforme foi ficando cada vez mais evidente, as divergências ideológicas dos revoltosos aliadas às ambições geradas pela magnitude da Revolta entraram no caminho de uma organização coesa

⁵⁴ MEIRINHO, 1979, p. 67

⁵⁵ CORRÊA, 1984, p. 58

⁵⁶ PACHECO, 2007, p. 52

⁵⁷ CORRÊA, 1984, p. 59

⁵⁸ O ESTADO, 16 out. 1893

⁵⁹ CORRÊA, 1984, p. 61

⁶⁰ O ESTADO, 19 out. 1893

⁶¹ O ESTADO, 24 out. 1893

⁶² CORRÊA, 1984, p. 61

e forte, deixando ambíguo o foco do movimento e gerando tensão em suas linhas.^{63 64 65 66 67} Carlos H. P. Corrêa⁶⁸ aponta para inconsistências em declarações de oficiais do governo nas páginas do jornal “O Estado” que explicitam disputas internas de ideais e noções a respeito de questões governamentais, como a finalidade da Guarda Nacional e a formação ou não de uma constituinte para Santa Catarina.

Com isso, irrompem discussões a respeito da instituição de uma Junta Governativa para governar no lugar de Lorena, a quem o jornal federalista continua a defender. Como ato de defesa, o presidente cria o Superior Tribunal de Justiça da República para tratar de questões relacionadas ao governo, mas isso não acalma e as contestações ao seu militarismo e à falta de heterogeneidade na chapa de seu governo o obrigam, em 5 de março de 1894, a substituir parte de seus ministros, o que não o ajuda em nada e, em 12 de março, renuncia. Os motivos dados por Custódio de Mello em um manifesto n“O Estado” alegam ao militarismo e à necessidade de representar todos os três estados rebelados no executivo^{69 70}. Entra no poder, então, uma Junta Governativa composta por três representantes, um de cada estado do sul, que substituiu todos os ministros e desintegrou todo o Comando Geral da Guarda Nacional. Seguindo à lógica de saudar o governo instituído, o jornal passa a saudar a junta da forma como saudava Lorena.

Quanto ao governo de Santa Catarina, o ex-presidente Machado envia um ofício ao presidente Nunes Pires no dia 26 avisando que tomaria seu posto novamente, e o faz no dia seguinte sem que este pudesse dar seu parecer sobre a situação, o que condena em um manifesto^{71 72}.

A derrota da Revolta

⁶³ MEIRINHO, 1985, p. 19

⁶⁴ CORRÊA, 1984, p. 62

⁶⁵ MEIRINHO, 1979, p. 67

⁶⁶ AXT, 2018, p. 125

⁶⁷ PACHECO, 2007, p. 52

⁶⁸ CORRÊA, 1984, p. 62

⁶⁹ Idem, p. 64-65

⁷⁰ O ESTADO, 13 mar. 1894

⁷¹ Em seu manifesto, Nunes Pires escreve: “podia ter resistido a este ataque desleal à minha autonomia, não o fiz porém para evitar conflitos, preferindo deixar à Sua Excelência a responsabilidade desse ato ilegal cujas consequências funestas não são difíceis de prever-se” (MEIRINHO, 1985, p. 21), após a negligência do Ministro da Justiça sobre sua requisição de direito de resposta ao acontecido. O tom do manifesto de Nunes Pires, denunciando a politicagem e a falta de seriedade das instituições diante do que a Revolta se propunha a ser, é um exemplo emblemático das cisões e tensões internas que o movimento federalista sofreu em seu pico.

⁷² MEIRINHO, 1985, p. 21

Nesse ponto, Floriano passa à ofensiva, contando com a ajuda de oligarquias paulistas com dinheiro, soldados e materiais bélicos em troca da garantia de um paulista na cadeira presidencial⁷³. Algumas tentativas de resistência no Paraná são derrotadas, mas logo a soma de derrotas dos revoltosos começa a aumentar. Em 17 de abril, a “frota de papel”, Esquadra legalista criada por Floriano para fazer frente a Armada revoltosa, derruba as defesas de Desterro e domina a cidade. Era o fim do Governo Provisório. A 22, Antônio Moreira César assumia a cadeira presidencial, e Floriano se aproximava, enfim, dos republicanistas catarinenses.⁷⁴ Em retaliação das execuções decorrentes da guerra, uma perseguição ainda mais violenta é posta em prática contra os federalistas. Nunes Pires narra:

Encheu-se de presos tudo o que podia servir de prisão. Os calabouços e solitárias da cadeia comum, as salas da Câmara, o Quartel da Polícia, o de Linha e até o Teatro, tudo foi pouco, e foi preciso remeter para os navios de guerra os presos a medida que se enchia uma prisão, para dar lugar aos que chegavam. Esses que embarcavam levam destino de Santa Cruz [Anhatomirim]; deles bem poucos voltaram... o maior número, os outros, nunca mais regressaram dessa viagem porque uns não chegaram e muitos ali jazem para sempre.⁷⁵

Segundo levantamentos, o número de prisioneiros levados à Fortaleza de Anhatomirim que não retornaram foi de 185, mas alguns números não passam de 39.⁷⁶ As execuções não se limitaram aos soldados de frente de linha, pelo contrário. As perseguições miraram na elite ligada ao federalismo, como líderes políticos e militares, engenheiros e médicos contratados pelos revoltosos e civis. Alguns, como Manoel Joaquim Machado, conseguiram abarcar a tempo em navios estrangeiros e buscaram asilo na Argentina ou no Uruguai. Outros, como Guilherme de Lorena, não tiveram essa sorte. Os ocorridos, que deixaram a população da capital em estado de choque, marcaram a consolidação definitiva do regime republicano do Rio.⁷⁷ O impacto desse episódio é sintetizado por Rosângela Cherem:

Após Moreira César, numa sucessão de violências e medos evidenciou-se um tipo de comportamento que, de um lado, confirmava as práticas em busca de favores e proteções e, de outro, definia a ausência de qualquer mobilização em torno de alguma causa para além da individual.⁷⁸

⁷³ PACHECO, 2007, p. 52

⁷⁴ MEIRINHO, 1979, p. 69

⁷⁵ NUNES PIRES apud MEIRINHO, 1979, p. 71

⁷⁶ PACHECO, 2007, p. 53

⁷⁷ CORRÊA, 1984, p. 65

⁷⁸ CHEREM apud PACHECO, 2007, p. 53

A responsabilidade pelo massacre é atribuída, por alguns, a Floriano e, por outros, a Moreira César. Ao que tudo indica, no entanto, é que a articulação do ato foi do segundo, mas foi possível apenas diante da conivência do primeiro^{79 80}. E, mesmo assim, sendo estrangeiro na cidade, Moreira César precisou contar com apoio fiel de republicanistas locais na perseguição e no massacre. Como última consequência, a cidade de Desterro foi cunhada de Florianópolis em homenagem ao presidente que a “pacificou”. Após esses incidentes, as frentes de batalha da Revolta foram aos poucos suprimidas. Gumercindo Saraiva morreu após semanas de recuos e perdas dramáticas, em 10 de agosto.

Nas eleições de 1894, não havia opositores para os republicanistas em Santa Catarina, e não haveria por um bom tempo. Conforme acordado durante a Revolta, e por um número de outras questões, como a preponderância política do Partido Republicano Paulista, um paulista, Prudente de Moraes, assume o executivo nacional, marcando o fim dos governos militares e o início de uma república que ainda tardaria por muito tempo a resolver suas questões remanescentes de eras passadas, algumas jamais resolvendo.

Considerações finais

Um cenário político mal consolidado e volátil, marcado pela desigualdade social e pelo surgimento de lideranças regionais, conforme o comum em tais circunstâncias, é terreno fértil para um conluio de ideologias que, não raro, mais dizem respeito aos interesses circunstanciais de determinados indivíduos ou grupos do que a ideais elaborados com um projeto definido. O ímpeto pela preponderância domina a ponderação coerente, e conflitos de interesses surgem que, na ausência de um poder regulador estabelecido ou reconhecido, evoluem para projetos de poder próprios, e as vítimas são os que são pegos pelo fogo cruzado. Não foram encontrados levantamentos concretos de mortos pela guerra em Santa Catarina, mas os milhares de soldados de cada lado diante da dinâmica da guerra de movimento aliados a disputas políticas locais tiveram um impacto marcante na vida das pessoas que os testemunharam. O governo do conluio federalista dava promessas de sucesso, mas sua base foi seu desando, sendo impossível conciliar o conflito de ambições que veio com essa promessa, sendo cunhado, ainda na época, de “*governicho*”⁸¹, e já apresentava claros sinais de desgaste muito antes de sua derrota, contra a qual não houveram forças sólidas para resistir.

⁷⁹ PACHECO, 2007, p. 53

⁸⁰ MEIRINHO, 1979, p. 72

⁸¹ AXT, 2018, p. 125

A Guerra Federalista marca o estabelecimento da república civil no Brasil, uma república notoriamente antipopular e muito pouco “republicana” no estrito senso da palavra. A guerra foi consequência das estruturas e dos projetos de poder conflitantes em operação dentro do país e fora dele, mas seu fim não significou o fim dessa tensão. Conforme as décadas subsequentes mostraram, insatisfações diversas, por parte de variados grupos sociais, culminaram em outras revoltas que reivindicariam, além de suas respectivas pautas, uma participação política que o aparato político institucional republicano não fornecia. Em Santa Catarina, notoriamente, a Guerra do Contestado misturaria pautas religiosas a sociais conforme a convergência de inimigos em comum do Estado se organizou em um conluio, não de maneira diferente da Guerra Federalista, mas em menor escala.

Foi com violência e supressão de oposições que a República Brasileira veio a ser, foi assim que se manteve, e é assim que se mantém, dividida e desigual. A Guerra Federalista não foi uma revolta popular *per se*, mas pautas populares certamente compuseram seu amplo espectro ideológico, e o direito a reivindicá-los foi suprimido junto com todas outras pautas e projetos componentes dele. Isso não significa, no entanto, que a guerra fosse “justa” ou que, caso tivesse vencido, a república teria um caráter menos elitista e mais democrático – isso é impossível afirmar. Mas ela foi um processo importante na formação do Brasil republicano, inclusive – e talvez especialmente – de Santa Catarina, onde o nome dos heróis de guerra republicanistas e seus descendentes ainda figuram nas ruas, pontes, clubes, monumentos e municípios, e sua política foi predominante por muito tempo.

Bibliografia

AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 178 (477), p. 107-135, maio/agosto 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3ª ed. 13ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CORRÊA, Carlos H. P. O governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil em Santa Catarina: 1893 – 1894. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 10, n. 2, p. 55-68, Porto Alegre, 1984.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. S. Paulo: Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Marcus Vinicius da. A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes os projetos e discursos construídos pela Elite Liberal-Federalista. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 3, n. 6, dez. 2009.

LOZADO, Vitória Ferraz. A Revolução Federalista em Santa Catarina: uma análise através da ótica micro-histórica. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, volume 13, número 1, p. 33-41, 2019.

MEIRINHO, Jali. **A República em Santa Catarina (1889-1900)**. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1979.

MEIRINHO, Jali. Documento dá nova interpretação à Revolução Federalista em Santa Catarina. **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, v. 1, n. 2, p. 19–22, 1985.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 02 nov. 1892.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 07 fev. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 11 fev. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 26 abr. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 27 set. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 01 out. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 16 out. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 19 out. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 24 out. 1893.

O ESTADO: Orgam do Partido Republicano Federalista. Desterro, 13 mar. 1894.

PACHECO, Diego. Conchavos e Permanências: Disputas, arranjos e práticas políticas na formação das oligarquias republicanas catarinenses (1889 – 1930). **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, volume 1, número 1, p. 47-58, 2007.

PEREIRA, Ledit de Paula. **O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 173, 2006.

REPUBLICA. Desterro, 09 ago. 1892.

REPUBLICA. Desterro, 01 nov. 1892.

SILVA, Elizeu Guilherme da. **Mensagem do Presidente do Estado de Santa Catarina à Assembleia Legislativa Estadual**. Desterro, 07 ago. De 1893.